



## Plenário pode votar novo marco para agência reguladora

Também está na pauta a medida provisória que reorganizou a estrutura ministerial. Se não for aprovada até 3 de junho, a MP perderá a validade e os ministérios voltarão à configuração do governo Temer

O substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto de lei do Senado que altera a Lei das Agências Reguladoras está na pauta do Plenário de amanhã. O texto busca fortalecer as agências, dando mais autonomia e mecanismos de

controle sobre o setor regulado. A mudança mais polêmica feita pelos deputados revoga um dispositivo da Lei de Responsabilidade das Estatais que proíbe nomeação de dirigentes partidários e de parentes de políticos para empresas públicas. **3**

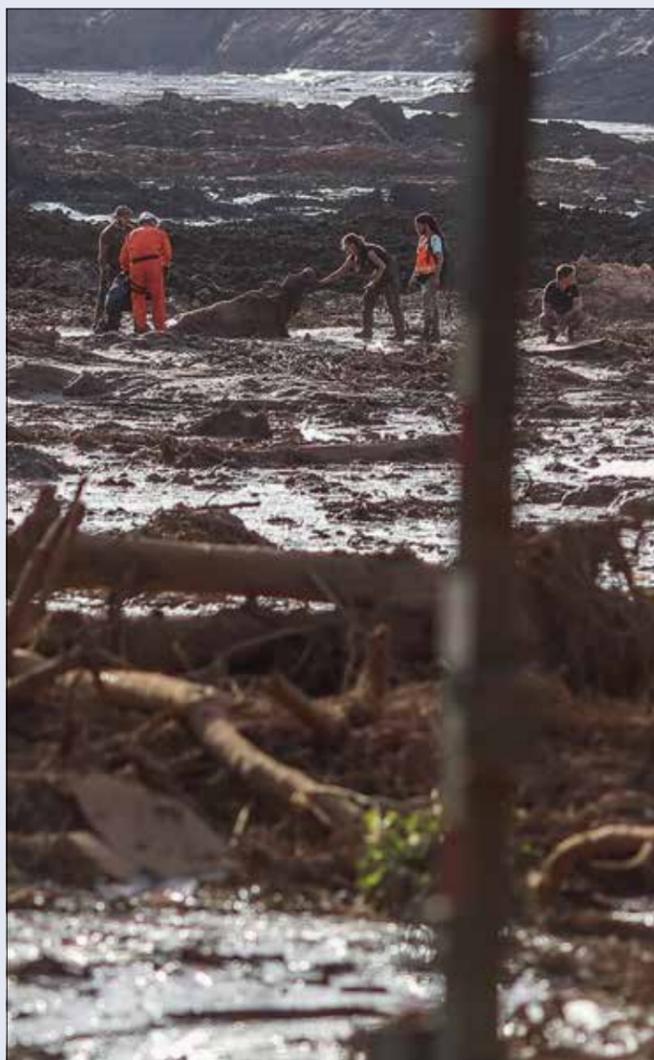


Roberto Rocha e Davi Alcolumbre: presidente do Senado defende que a MP seja aprovada como veio da Câmara

## Projeto visa defender animais em desastres

Tramita na Comissão de Meio Ambiente proposta para que donos de empreendimentos que possam causar degradação ambiental adotem plano de ação de emergência para resgate de animais e medidas preventivas (como restrição de seu acesso a áreas de risco) e ofereçam aos funcionários treinamento para busca, salvamento e socorro imediato. O projeto, de Wellington Fagundes, torna crime maus-tratos a animais em caso de desastre ambiental. **3**

Resgate de animais vítimas do desmoronamento da barragem da mina do Feijão, em Brumadinho (MG)



Ricardo Stuckert/Fotos Públicas



Fabiano Contarato e Carlos Viana (D) no Ministério Público de MG

## Senadores visitam mina que pode ruir

Após visita à região da barragem da mina de Gongo Soco, no município de Barão de Cocais (MG), que corre risco de ruir, o presidente da Comissão de Meio Ambiente, Fabiano Contarato, e o relator da CPI de Brumadinho, Carlos Viana, cobraram ações do poder público para evitar tragé-

dias, como as de Mariana e de Brumadinho. Viana afirmou que a população já está avisada e alguns locais já foram evacuados, o que diminui o risco de morte.

Além de Barão de Cocais, podem ser atingidas pelos rejeitos em caso de rompimento as cidades de Santa Bárbara e São Gonçalo. **3**

Bruno Miranda

**Plenário celebra hoje Instituto Mamirauá **2****

**Comissão debate reforço de órgãos colegiados **4****

## Texto cria programa para gestão do esporte

Parcelamento de dívidas que as entidades do Sistema Nacional do Desporto mantêm com a União e punição aos dirigentes responsáveis por gestão temerária. Essas

são algumas das iniciativas do Programa de Modernização da Gestão do Esporte Brasileiro, previsto em projeto que está em análise na Comissão de Assuntos Econômicos. **4**



Iniciativa de Leila Barros aguarda emendas na Comissão de Assuntos Econômicos

Edilson Rodrigues/Agência Senado — 27/5/2019

**Propostas sustam novo decreto sobre armas**

Senadores do PT, da Rede e do Cidadania consideram inconstitucional o segundo decreto do presidente Jair Bolsonaro sobre venda de armas e apresentaram projetos para sustar a norma. **4**

**Colegiado pode votar projeto sobre risco de desastres**

Projeto que altera o Código de Minas e obriga toda atividade de mineração a ter um projeto de gerenciamento de desastres está na pauta de amanhã da Comissão de Infraestrutura. **3**



Gerardo Magela/Agência Senado

Episódio em que Figueira impediu cassações na ditadura foi citado em sessão dirigida por Humberto Costa (C)

# Senado lembra centenário de médico pernambucano

Referência da medicina social, Fernando Figueira fundou o Instituto Materno Infantil do estado e tinha como bandeiras a defesa da saúde pública e a atuação em prol da democracia e dos mais pobres

CONHECIDO PELO LEGADO na medicina social, o pediatra e professor Fernando Figueira (1909-2003) foi homenageado na sexta-feira pelo Congresso, em sessão solene no Senado pelo centenário de seu nascimento. Humberto Costa (PT-PE), um dos requerentes, afirmou que a maior obra de Figueira, o Instituto Materno Infantil de Pernambuco (Imip), fundado em 1960, e ligado ao SUS, sintetiza o projeto de vida do professor.

— Nas crianças, o professor Figueira via a força que girava o mundo. O seu compromisso social o movia como um gigante na edificação desse sonho que viria a ser tão

grande quanto ele — apontou. Outro requerente, o deputado Felipe Carreras (PSB-PE), ressaltou a luta pela saúde pública: — Fernando Figueira deixou um legado enraizado no acesso universal ao sistema público de saúde. Seu foco sempre foi o povo mais carente — registrou.

O secretário estadual de Saúde de Pernambuco, André Longo, afirmou que Figueira deixou um importante legado na elaboração de planos de saúde para o estado, e na organização de vários serviços que ainda hoje compõem a rede estadual de saúde.

O fundador do Imip, posteriormente batizado Instituto de Medicina Integral Professor

Fernando Figueira, teve uma vida pautada na resistência pela democracia. Em 1969, elaborou um parecer para impedir a cassação de 37 estudantes de medicina perseguidos pela ditadura e conseguiu evitar quase a totalidade das expulsões. O episódio foi recordado por vários dos participantes.

Filho do homenageado, Antônio Carlos Figueira agradeceu a homenagem em nome da família e disse que seu pai, por onde passou, fincou a bandeira da ética e da preocupação com o social:

— Meu pai foi um homem múltiplo, representante de seu tempo e também à frente dele — disse.

## Plenário homenageia agente de proteção à criança

O Plenário do Senado fez na sexta-feira uma sessão especial em homenagem ao Dia Nacional da Criança e ao Adolescente, que é celebrado em 20 de maio. A sessão também fez alusão ao

Dia Nacional da Adoção (em 25 de maio), pois é comum que crianças e adolescentes resgatados de situações de risco por esses agentes, também chamados de “comissários de proteção”, sejam depois enca-

minhados a abrigos públicos que atuam na transição para a adoção. O senador Izalci Lucas (PSDB-DF), que conduziu a sessão, disse que os agentes são essenciais para mudar uma realidade muitas vezes difícil e chocante, de abusos e violências.

— São pessoas que lutam no dia a dia diretamente por um mundo melhor. Homens e mulheres de enorme abnegação, num trabalho sem remuneração baseado na solidariedade. Voluntários selecionados pelas varas de infância, que cumprem determinações judiciais para prevenir ou cessar violações de direitos.



Gerardo Magela/Agência Senado

Para Izalci (C), o agente é essencial para mudar a realidade das crianças

## Sessão celebra hoje os 20 anos do Instituto Mamirauá, no Amazonas

O Senado realiza hoje sessão especial destinada a comemorar o aniversário do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM), que completa 20 anos. Iniciativa do senador Eduardo Braga (MDB-AM), a sessão começa às 10h.

Criado em abril de 1999, o IDSM é uma organização social fomentada e supervisionada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. O instituto desenvolve programas de pesquisa, manejo de recursos

naturais e desenvolvimento social, principalmente na região do Médio Solimões, no Amazonas.

Os objetivos do IDSM incluem a aplicação da ação de ciência, tecnologia e inovação na adoção de políticas públicas de conservação e uso sustentável da biodiversidade da Amazônia. Também abrangem a construção de modelos para o desenvolvimento econômico e social de pequenas comunidades ribeirinhas por meio de tecnologias socialmente e ambientalmente adequadas.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA TERÇA

- CDH Participação social**  
9h Debate sobre participação social.
- SESSÃO ESPECIAL Instituto Mamirauá**  
10h 20 anos do instituto.
- PLENÁRIO Sessão não deliberativa**  
14h Discursos e avisos da Mesa.
- CDH Salário mínimo**  
9h Debate sobre políticas de salário.
- CAE Créditos do BNDES**  
10h Entre 10 itens, o PLS 261/2015, que proíbe o BNDES de conceder crédito a governos estrangeiros.
- CRE/CMA Mudanças climáticas**  
10h Audiência sobre mudanças climáticas e aquecimento global.
- CTEC Comunicação da Presidência**  
10h Debate com Fabio Wajngarten.
- CE Isenção para circos**  
11h Entre 20 itens, o PLP 17/2019, que isenta espetáculos circenses de ISS.
- CI Prioridade de embarque**  
11h O PLS 466/2011, que prioriza o atendimento às pessoas com deficiência no embarque de transportes coletivos, é um dos 4 itens.
- MP 875/2019 Vítimas de Brumadinho**  
13h30 Análise de relatório.
- CAS Programa Forças no Esporte**  
9h Na pauta de 12 itens, o PLS 209/2016, que amplia pensão por morte para cônjuge de segurado com deficiência. Depois, apresentação do Programa Forças no Esporte e do Projeto João do Pulo pelo Ministério da Defesa.

QUARTA

- CAS Programa Forças no Esporte**  
9h Na pauta de 12 itens, o PLS 209/2016, que amplia pensão por morte para cônjuge de segurado com deficiência. Depois, apresentação do Programa Forças no Esporte e do Projeto João do Pulo pelo Ministério da Defesa.

QUINTA

- CDH Armas**  
9h: Debate sobre liberação de armas.
- CDR Casas populares**  
9h Entre 11 itens, o PLC 34/2018, sobre casas populares.
- CCJ Nomes para o CNMP**  
10h Sabatinas para o Conselho Nacional do Ministério Público. Após, 17 itens.
- CRA Pequenas propriedades no campo**  
11h Após 7 itens, debate a respeito da situação das pequenas propriedades no campo.
- PREVIDÊNCIA Reforma**  
14h Debate sobre a PEC 6/2019, que trata da reforma da Previdência Social.
- CMA Sete anos do Código Florestal**  
14h Debate sobre o Código Florestal.
- ESPORTE Subcomissão**  
14h30 Instalação e eleição.
- CE Fundo da educação básica**  
9h Audiência para discutir a revisão e a renovação do Fundeb.
- CAS Semana Nacional da Pessoa Idosa**  
10h Debate sobre a instituição da Semana Nacional da Pessoa Idosa.
- CCJ Corrupção e crime organizado**  
10h Debate sobre o PL 1.864/2019, que estabelece medidas contra a corrupção, o crime organizado e os crimes praticados com grave violência.
- CRE/CMA Aquecimento global**  
10h Audiência conjunta sobre mudanças climáticas e aquecimento global.

Previsão atualizada às 18h de sexta-feira pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

#### MESA DO SENADO FEDERAL

- Presidente:** Davi Alcolumbre
- Primeiro-vice-presidente:** Antonio Anastasia
- Segundo-vice-presidente:** Lasier Martins
- Primeiro-secretário:** Sérgio Petecão
- Segundo-secretário:** Eduardo Gomes
- Terceiro-secretário:** Flávio Bolsonaro
- Quarto-secretário:** Luis Carlos Heinze
- Suplentes de secretário:** Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

#### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- Diretora:** Angela Brandão
- Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli
- Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

#### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

- Diretor:** Flávio Faria
- Coordenador-geral:** Sílvio Bulte
- Coordenação de Cobertura:** Paola Lima
- Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção
- Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá
- Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editora-chefe:** Fernanda Vidigal

**Edição e revisão:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

**Diagramação:** Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Plenário pode votar projeto que muda Lei das Agências Reguladoras

Senadores podem votar também a medida provisória que reorganiza a estrutura ministerial do governo

O PLENÁRIO DEVE votar amanhã o substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto do Senado que altera a Lei das Agências Reguladoras. O projeto (PLS 52/2013) pretende dar mais autonomia e transparência às agências e fornecer meios para evitar a interferência da iniciativa privada no setor regulado.

O texto, do ex-senador Eunício Oliveira, foi modificado pelos deputados em diversos pontos. A mudança mais polêmica revoga um dispositivo da Lei de Responsabilidade das Estatais (Lei 13.303, de 2016) que proíbe nomeação de dirigentes partidários e de parentes de políticos para conselhos de administração e diretorias de empresas públicas.

O relator do substitutivo, senador Márcio Bittar (MDB-AC), rejeitou essa mudança. Ele incorporou apenas oito das intervenções da Câmara em seu relatório. Entre elas, estão as inclusões da Agência Nacional de Mineração (ANM) e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) no rol dos órgãos atingidos pelo



Anvisa está ente as agências reguladoras que estão no âmbito do projeto

projeto, a adoção de práticas de gestão de riscos e de prevenção da corrupção pelas agências e a perda de mandato para diretores em caso de violações previstas na lei.

## Estrutura ministerial

Os senadores também devem votar a medida provisória que reorganiza a estrutura ministerial do governo de Jair Bolsonaro. O prazo de validade da MP 870/2019 termina em 3 de junho. Se não for votada até lá, a configuração do Poder Executivo voltará a ser o que era no ano passado.

As principais alterações feitas pela MP são a criação dos dois "superministérios" do governo Bolsonaro: o Ministério da Economia, que fundiu as pastas da Fazenda, Planejamento, Indús-

tria e Trabalho; e o Ministério da Justiça, que incorporou a pasta da Segurança Pública. Se a medida provisória cair, essas fusões serão desfeitas.

Outras alterações ministeriais que dependem da aprovação são o Ministério da Cidadania, que uniu Cultura, Esporte e Desenvolvimento Social, e o Ministério da Infraestrutura, que aglomerou Transportes e Minas e Energia.

A MP também criou o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que unificou secretarias especiais da Presidência da República.

O maior entrave à aprovação da MP é a questão do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), órgão que investiga indícios de lavagem de dinheiro e financiamento

de atividades ilícitas. A MP tirou o Coaf do Ministério da Economia e o vinculou ao Ministério da Justiça. Porém, na comissão mista que analisou o texto, essa transferência foi desfeita. A Câmara dos Deputados confirmou a alteração.

## Destaque

O senador Major Olimpio (SP), líder do PSL, adiantou que vai tentar retomar a intenção original da MP, apresentando um destaque durante a votação em Plenário. Para ele, o Coaf terá mais condições de combater a corrupção e o crime organizado se estiver dentro do Ministério da Justiça.

O líder do governo, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), também é a favor do destaque. Ele foi o relator da MP 870 na comissão mista e havia confirmado a transferência do Coaf em seu parecer, mas acabou derrotado.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, pondera que insistir nessa batalha pode fazer com que a MP perca a sua validade (se não for votada até 3 de junho). Caso o Senado reverta a situação do Coaf, a MP voltará para a Câmara. Como esta é a última semana antes do prazo final, existe o risco de não haver sessões suficientes para finalizar a deliberação.

## Comissão analisa gerenciamento de risco para mineradoras

Em reunião amanhã, a Comissão de Infraestrutura (CI) deve analisar projeto que obriga toda atividade de mineração a ter um projeto de gerenciamento de desastres.

O PL 1.303/2019 altera o artigo 39 do Código de Minas (Decreto-Lei 227, de 1967), que lista as exigências para a criação do plano de aproveitamento econômico da jazida, para estabelecer que seja feito também um projeto para gerenciar eventuais desastres ambientais.

O objetivo é evitar a ocorrência de catástrofes semelhantes às de Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais, explica a senadora Zenaide Maia (Pros-RN), autora do texto, que tem como relator Elmano Férrer (Pode-PI).

Depois da CI, a proposta ainda será analisada pela Comissão de Meio Ambiente (CMA), em decisão terminativa.

## Prioridade

A comissão também deverá analisar projeto que estabelece prioridade de atendimento a pessoas com deficiência no embarque e desembarque em meios de transportes coletivos aéreos, terrestres ou aquaviários.

O PLS 466/2011 altera a Lei 10.048, de 2000. Quem não cumprir a determinação estará sujeito a multa de R\$ 2,5 mil.

O autor, Humberto Costa (PT-PE), cita dados do IBGE segundo os quais 27 milhões de pessoas têm algum tipo de deficiência e enfrentam, a todo o momento, obstáculos na busca por uma vida social digna e dificuldades de acesso a serviços de saúde, escola, emprego, transporte público, entre outros.

O projeto é relatado pelo senador Zequinha Marinho (PSC-PA), favorável à aprovação do texto, com emendas. Depois de passar pela CI, a proposta ainda será analisada pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), em decisão terminativa.

Outro projeto em análise na CAE, em decisão terminativa é o PLS 423/2014, que isenta de tributos (Imposto de Importação, PIS-Pasep e Cofins) a importação de embarcações, máquinas para leme, hélices e pás. A proposta também isenta adubos (fertilizantes) do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM).

A autora é Kátia Abreu (PDT-TO) e o relator, Acir Gurgacz (PDT-RO).

## Em visita a mina da Vale, senadores cobram ações do poder público

O presidente da Comissão de Meio Ambiente, senador Fabiano Contarato (Rede-ES), cobrou a responsabilização civil e penal dos responsáveis pelas tragédias com barragens em Minas Gerais e também pela omissão do poder público. Ao lado do senador Carlos Viana (PSD-MG), relator da CPI de Brumadinho, ele visitou na sexta-feira a região da barragem da mina Gongo Soco, no município de Barão de Cocais (MG), que corre risco iminente de desmoronamento. Além de Barão de Cocais, outras duas cidades podem ser atingidas pelos rejeitos em caso de rompimento: Santa Bárbara e São Gonçalo.

Contarato também ques-

tionou o serviço de monitoramento e deslocamento em tempo real. Para ele, houve falha porque as mortes não foram evitadas em Mariana e em Brumadinho, onde, até agora, foram contabilizadas 241 mortes e 29 pessoas continuam desaparecidas.

— Onde estava esse serviço de monitoramento em tempo real quando aconteceu o desastre de Brumadinho? Não era para evitar o acidente, mas para evitar o principal: as mortes.

Viana afirmou que a população já está avisada e alguns locais já foram evacuados, o que diminui o risco de morte. Segundo ele, a Vale já poderia ter atuado para evitar o rompimento do talude.

## Projeto busca segurança de animais em desastres ambientais

Maus-tratos a animais em casos de desastres ambientais podem virar crime, de acordo com projeto que tramita na Comissão de Meio Ambiente (CMA). O PL 2.950/2019 altera a Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605, de 1998) e a Política Nacional de Segurança de Barragens (Lei 12.334, de 2010).

Do senador Wellington Fagundes (PL-MT), o texto determina que os donos de empreendimentos ou de atividades que possam causar significativa degradação ambiental adotem medidas preventivas, treinamento de funcionários para busca, salvamento e cuidados imediatos aos animais, plano de ação de emergência e restrição do acesso a áreas que apresentem riscos. Também exige a elaboração e divulgação interna de material informativo sobre o assunto.

Entre as medidas reparadoras, também previstas no projeto, estão o fornecimento de máquinas, veículos e equipamentos destinados a busca e salvamento dos animais, disponibilização de água,

alimentos, medicamentos e atendimento veterinário e construção ou locação de abrigos para acomodação e tratamento de animais silvestres e domésticos que enfrentarem essa situação.

Para Wellington, a comoção pelas perdas humanas nas tragédias da Samarco, em Mariana (MG), em 2015, e da Vale, em Brumadinho (MG), em janeiro deste ano, é ainda maior quando se pensa na destruição ao meio ambiente e aos demais seres vivos. Segundo o senador, o estrago causado pelo rompimento dessas barragens afetou muitos animais, que acabaram soterrados no lamaçal.

“Em meio à ruína nos meios urbano e rural, foram vistos cães e gatos cobertos de lama, animais silvestres perdidos e animais de criação, galinhas, bois e vacas, atolados na luta pela vida. Eles também são uma realidade jurídica e, como tal, são passíveis de melhorias no seu nível de proteção e de direitos reconhecidos”, afirma o senador na justificativa da proposta.



Barragem de Gongo Soco, da Vale, pode se romper a qualquer momento

# Projetos tentam sustar novo decreto de armas

O presidente Bolsonaro editou uma segunda versão, com restrição à compra de fuzis e outras mudanças, mas muitos parlamentares ainda consideram a norma inconstitucional

A SEGUNDA VERSÃO do decreto sobre armas de fogo editado pelo presidente Jair Bolsonaro não convenceu alguns senadores, que consideraram inconstitucionais as duas normas. Parlamentares do PT, da Rede e do Cidadania apresentaram projetos de decreto legislativo para derrubar as novas regras. Duas proposições estão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde aguardam a designação de relatores.

O segundo decreto sobre armas editado pela Presidência da República foi publicado no *Diário Oficial da União* da última quarta-feira. Entre as alterações em relação à primeira versão, estão a restrição à compra de fuzis e a devolução à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) da responsabilidade de definir regras para o transporte de armas em voos.

Na última reunião da CCJ, já havia quatro propostas para derrubar o primeiro decreto.



Contarato e Randolfe são autores de um dos textos para sustar o decreto

No entanto, com a publicação da segunda norma, elas foram retiradas de pauta. Na ocasião, a presidente do colegiado, senadora Simone Tebet (MDB-MS), avisou que o tema poderia voltar a ser discutido se novos projetos de decreto legislativo fossem apresentados, o que, de fato, ocorreu.

Uma das propostas sobre o novo decreto, o PDL 286/2019, é assinada por Randolfe Ro-

drigues (Rede-AP) e Fabiano Contarato (Rede-ES). Eles argumentam que o Estatuto do Desarmamento só pode ser alterado por meio de lei e acrescentam que as alterações feitas pelo Executivo na segunda versão da norma não repararam os vícios existentes.

“O instrumento utilizado é uma maneira rasteira de driblar o Estatuto do Desarmamento. O Congresso é o local adequado para se realizar

qualquer alteração no que diz respeito ao porte e posse de armas, uma vez que está havendo criação de direitos. Tal medida burla claramente os princípios da reserva legal e da separação dos Poderes”, justificam.

## Impactos

Já o PDL 287/2019 foi apresentado por sete senadores do PT. Segundo eles, a tentativa do presidente de minimizar impactos negativos do primeiro decreto “não afasta a responsabilidade do Legislativo em proteger suas prerrogativas e extirpar do ordenamento jurídico esta verdadeira desregulamentação do Estatuto do Desarmamento”.

Os senadores também alegam que não houve qualquer estudo de impacto da medida para o sistema de saúde pública e apostam em um reflexo negativo para o setor:

“O quadro se torna ainda mais grave com o congelamento de investimentos nos

recursos federais. Teremos uma combinação de aumento da demanda por urgência e emergência de saúde com restrição da oferta”, afirmam.

A senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) também apresentou um projeto, ainda sem numeração, para derrubar as novas regras. “As ilegalidades permanecem, uma vez que a norma editada exorbita e colide com dispositivos já em vigor no Estatuto do Desarmamento”, alega a senadora.

Contarato e Randolfe encomendaram um estudo da Consultoria Legislativa do Senado. A nota informativa elenca artigos considerados material e formalmente inconstitucionais. “No nosso entendimento, tanto o decreto antigo como o atual extrapolam a regulamentação do Estatuto do Desarmamento, uma vez que criam direito e obrigação não previstos no estatuto, mesmo que seja para suprir uma lacuna na legislação”, diz a nota.

## Fortalecimento de órgãos colegiados é tema de debate

A participação social e o fortalecimento dos órgãos colegiados serão tema de debate hoje na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), às 9h. A audiência foi solicitada pelo presidente da comissão, Paulo Paim (PT-RS).

Os órgãos colegiados são compostos por membros de representação diversas, que possuem o mesmo poder de decisão, não havendo, assim, prevalência de opinião pessoal de nenhum integrante. Esses órgãos atuam como meios de debate e adoção de políticas públicas, tendo suas

decisões sempre vinculadas a um processo legal, que sugere fiscalização, controle ou qualquer tipo de alteração ou proposição na legislação vigente. Além das decisões de caráter interno.

Foram convidados para participar da reunião a conselheira do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) Aldenora González, o presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Fernando Pigatto, o presidente do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), Leonardo Pinho, entre outros.

## Texto pede exame toxicológico em acidente com vítima

Fabiano Contarato (Rede-ES) apresentou à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) projeto que determina a obrigatoriedade da coleta e preservação de material biológico para realizar exames toxicológico e etílico em pessoas envolvidas em acidentes de trânsito com vítimas fatais ou mutiladas (PL 2.854/2019).

O senador disse que, no momento da entrada em prontos-socorros, como procedimento usual, a equipe de atendimento retira amostra de sangue para que sejam feitos exames, visando cons-

tatar o estado geral de saúde do paciente. Contarato quer, a partir dessa mesma coleta, a realização de exames toxicológico e etílico para identificar se o envolvido estava sob efeito de drogas ou álcool.

“O projeto não cria novo procedimento que venha a atrapalhar o atendimento, apenas amplia o aproveitamento de um ato que já é realizado. Se não for preservado o material biológico logo após o acidente, torna-se inviável determinar se o indivíduo estava ou não sob influência de álcool ou outra substância psicoativa”, explica.

## Proposta parcela dívidas de entidades esportivas

Um projeto que tramita na Comissão de Assuntos Econômicos prevê o parcelamento de dívidas que as entidades do Sistema Nacional do Desporto (SND) mantêm com a União e pune os dirigentes responsáveis por gestão temerária. A proposta, da senadora Leila Barros (PSB-DF), aguarda a apresentação de emendas na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O PL 2.832/2019 institui o Programa de Modernização da Gestão do Esporte Brasileiro (Proesp) para “garantir a sustentabilidade e fortalecer a governança, a transparência e a gestão democrática” das entidades. De acordo com o projeto, as dívidas podem ser parceladas em até 20 anos (240 meses), com juros calculados pela taxa Selic mais 1%. O valor de cada parcela não pode ser inferior a R\$ 5 mil.

O texto também endurece o combate à gestão temerária no esporte e traz uma lista

de atos classificados como gestão irregular ou temerária: atitudes que revelam desvio de finalidade ou gerem risco excessivo e irresponsável para o patrimônio da entidade. Cabe à assembleia geral da entidade decidir sobre a apuração de responsabilidade dos cartolas. Caso seja constatada a irregularidade, o dirigente é considerado inelegível por dez anos em qualquer entidade desportiva profissional, além de ficar sujeito ao ressarcimento dos prejuízos.

## Regras

As regras valem para débitos de natureza fiscal, administrativa, trabalhista ou previdenciária, inscritos ou não como dívida ativa. O texto mantém a cobrança integral de correção monetária sobre o principal da dívida, mas as entidades podem ser beneficiadas com descontos de 90% sobre o valor das multas, 80% dos juros e 100% dos encargos

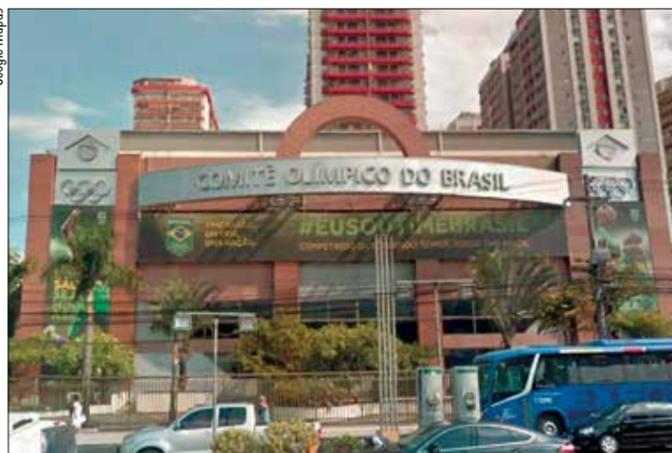
legais. O projeto prevê ainda um redutor gradual para o valor das prestações: 50% de abatimento da 1ª à 24ª mensalidades; 25%, da 25ª à 48ª; e 10%, da 49ª à 60ª.

O Proesp vale para todas as pessoas físicas e jurídicas responsáveis pela coordenação, administração, normatização, apoio e prática do desporto, como os Comitês Olímpico e Paralímpico Brasileiro, a Confederação Brasileira de Clubes, as entidades e ligas nacionais e regionais de administração do desporto e as agremiações de prática desportiva em geral.

Para permanecer no programa, a entidade deve cumprir exigências criadas pela Lei Pelé (Lei 9.615, de 1998), como estar em dia com as obrigações fiscais e trabalhistas.

A proposta também exige que a entidade tenha dirigentes com mandato máximo de quatro anos, seja transparente na gestão, inclusive em relação a dados financeiros, contratos, patrocinadores e direitos de imagem; e garanta a representação dos atletas em órgãos e conselhos técnicos responsáveis pelos regulamentos de competições.

Ao aderir ao Proesp, a entidade que recebe recursos de loterias deve autorizar a retenção de até 20% do valor para o pagamento dos débitos com a União. O projeto determina ainda a publicação e a auditoria independente das demonstrações contábeis por modalidade esportiva.



O Comitê Olímpico Brasileiro pode ser beneficiado pelas regras do projeto